

O ensino da Geografia Urbana nas escolas públicas do DF: Uma análise a partir do livro didático

Cláudia Pinheiro Nascimento¹
Heitor Dornelas²
Rayane Caroline³
Vivianne Martins⁴

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o ensino da Geografia Urbana nas escolas públicas do Distrito Federal, a partir do livro didático utilizado nas escolas, neste caso o livro "Para Viver Juntos", com foco no ensino fundamental II, uma publicação desenvolvida pela editora Edições SM, que tem como autores: Marlon Clovis Medeiros (Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo) e Fernando dos Santos Sampaio (Pós Doutor pela Universitat Autònoma de Barcelona). O estudo parte de uma leitura da estruturação da Geografia enquanto ciência, suas transformações didáticas pedagógicas e o papel que assume na compreensão da relação do homem com o meio. A escolha do livro didático para a análise da forma como a Geografia Urbana tem sido abordada, ocorreu pelo fato deste ser um dos principais recursos didáticos da atualidade. Na busca de responder ao questionamento proposto, o artigo está estruturado em quatro partes, perpassando pelo papel do livro didático no ensino da Geografia, uma abordagem da Geografia Urbana a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), sua materialização nos livros didáticos, com foco no utilizado nas escolas públicas do DF e a análise da forma como a Geografia Urbana tem sido trabalhada.

Palavras-Chave: Livro Didático, Geografia Urbana, Escolas Públicas do DF.

Abstract:

This article aims to analyze the teaching of Urban Geography in the public schools of the Federal District, from the textbook used in schools, in the case of the book "Para Viver Juntos", focusing on elementary education II, a version developed by Edições SM, whose authors are: Marlon Clovis Medeiros (Doctor

¹ Formada em Geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia e Doutora em Ciências pela Universidade Federal do Pará (UFPA), pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Atualmente é Professora dos Cursos de Geografia e Pedagogia do Centro Universitário UniProjeção.

² Graduando do curso de Licenciatura em Geografia do Centro Universitário UniProjeção, bolsista de iniciação científica.

³ Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia do Centro Universitário UniProjeção, bolsista de iniciação científica.

⁴ Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia do Centro Universitário UniProjeção, bolsista de iniciação científica.

in Human Geography at the University of São Paulo) and Fernando dos Santos Sampaio (Post Doctor at the Universitat Autònoma de Barcelona). The study starts from a reading of the structuring of Geography, the pedagogical didactic transformations and the role that the understanding of the relation between man and the environment takes on. The choice of the didactic book to analyze the way an Urban Geography has been approached, available for the provision of one of the main educational resources of the present time. There are no results for this article. There are no documents available. There are no documents available. There are no documents available. Our resources (in English), its materialization our textbooks, with unused focus in the public schools of the Federal District and analysis of the way Urban Geography has been worked.

Keywords: Didactic Book, Urban Geography, DF Public Schools

INTRODUÇÃO

A Geografia Escolar passou por diferentes fases em seu processo de construção, influenciada pela estruturação da Geografia enquanto ciência. Dessa maneira, seu ensino passou e ainda passa por transformações, na didática utilizada pelos professores, em conteúdos e livros.

Diante disso, é necessário articular propostas e atividades pedagógicas que considere o espaço vivido do aluno, para que possibilite a este a compreensão da relação entre o homem-meio, ou seja, o espaço geográfico, para que assim sejam desenvolvidas atividades que visem analisar, orientar e argumentar, desenvolvendo um senso crítico, não apenas utilizando de memorização, exercícios e conteúdos mas, visando a preparação do educador no intuito de florescer todos os pontos essenciais para alfabetização geográfica (CASTROGIOVANNI, 2012).

De certo, o livro didático é concebido como um dos principais recursos didáticos. Logo, este que esteve presente durante a formação e estruturação da Geografia Escolar brasileira, torna-se um recurso didático-pedagógico utilizado para orientação, ensino e aprendizagem. Além de possuir um papel importante em sala de aula e dispor, em sua estrutura, de sugestões metodológicas para o professor ele é de forte interesse do Estado, ao passo de conservar sua soberania ao ser utilizado como instrumento de domínio cultural e político da população (PINA, 2009).

Essas problemáticas e situações nos levam a estabelecer os seguintes objetivos: primeiramente de compreender como o ensino da geografia urbana

está sendo tratada nos livros didáticos da rede pública de ensino do Distrito Federal (DF), visando buscar compreender inicialmente o ensino de Geografia na atualidade e o papel do livro didático no ensino; verificando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a abordagem do ensino de Geografia Urbana; analisando como o ensino da Geografia urbana está sendo tratada no livro do segundo ciclo das escolas públicas do DF.

1.0 O ENSINO DA GEOGRAFIA NA ATUALIDADE

Desde a institucionalização da Geografia no Brasil no início do século XX até a década de 1970, a disciplina condizia com as demandas do Estado. Époça em que o país estava em busca de preencher os chamados “vazios demográficos”, estabelecer suas fronteiras e afirmar sua soberania, a educação escolar serviu como um instrumento para enfatizar o patriotismo e o nacionalismo do período. Assim, a estrutura de ensino utilizava de “[...] procedimentos didáticos que promoviam principalmente a descrição e a memorização dos elementos que compõem as paisagens, como dimensão do território e do lugar” (BRASIL, 2001, p. 21).

Após esse período, de 1970 até 1990 com o processo de redemocratização do país, surge o movimento de Renovação da Geografia. Debates a respeito das metodologias e conceitos até então utilizados, faz com que uma nova abordagem rompa com até então Geografia Tradicional e, decorra a Crítica ou a, também chamada, Geografia Radical. Esta abordagem inovadora apresentava um novo tratamento para a compreensão do espaço. O objetivo agora da educação escolar era a construção do pensamento crítico do aluno, visando transforma-lo em um agente modificador da realidade onde está inserido.

Dentro dessa perspectiva, na contemporaneidade, encontramos nas escolas dois tipos de profissionais da Geografia. O primeiro, que utiliza de uma abordagem pedagógica conservadora, no qual ainda usa metodologias que valorizam a memorização e técnicas que não levam em conta a realidade do aluno ou são pouco criativos, levando a uma rotina maçante, tanto por parte do docente como do educando. Possivelmente essa situação seja corriqueira por conta dos diversos obstáculos encontrados no cotidiano escolar, induzindo o profissional à uma verdadeira desmotivação. Já o segundo profissional emprega uma abordagem ao contrário do primeiro, com a utilização da aprendizagem significativa, ao qual o cerne está na importância dada aos processos cognitivos do aluno (CAVALCANTI, 2010).

Lana Cavalcanti (2010) percebe essa variação de metodologia e o avanço, ainda que lento, nas práticas pedagógico-didáticas, atribuindo a escola a evolução deste processo.

Pelos estudos realizados, percebe-se que muitos professores estão comprometidos com um projeto de formação: têm convicção da importância da Geografia escolar para essa formação e expectativa de que seu trabalho contribua para mudar a vida dos seus alunos. Por outro lado, eles têm consciência dos limites de seu trabalho. Superar esses limites depende de uma série de fatores, entre os quais se destaca a condição de trabalho e de formação. Com efeito, a observação sistemática do cotidiano da escola revela limites desse espaço como formador do profissional, não se constituindo em lugar de estudo, de reflexão. O espaço escolar, ao contrário, impõe um trabalho em ritmo acelerado, fragmentado, sem reflexão, sem integração entre os docentes, o que dificulta a experiência da inovação, mas certamente não a impossibilita. (CAVALCANTI, 2010, p. 13)

De certo, o professor que ainda utiliza da abordagem da Geografia Tradicional tem como expectativa encontrar alunos motivados. Ele atribui ao discente a responsabilidade pelo interesse na disciplina, como se fosse algo apenas externo a escola. E quando o aluno não é bem-sucedido, a sociedade tem a impressão que a escola, especialmente a pública, é a responsável, pois é local fadado a constantes problemas, desde a qualidade dos livros didáticos até mesmo a formação dos professores. Portanto, o professor não correspondeu às demandas estipuladas pela escola e pela política educacional (CAVALCANTI, 2010).

Porém, a escola não é local de processos independentes, ela é integrada à sociedade e as dinâmicas sociais. O problema da educação é estrutural e não pontual, como se faz pensar. É um verdadeiro tripé, no qual deve haver uma interação entre a comunidade junto aos pais, mais os professores e mais os alunos. Vale ressaltar que o educador, ainda de acordo com Lana Cavalcanti (2010), compreende seu papel nesse processo como agente transformador da realidade do alunado e, que através de sua atuação vai contribuir para a formação geográfica como também cidadã.

2. O PAPEL DO LIVRO DIDÁTICO NO ENSINO DA GEOGRAFIA

A origem do livro didático está entrelaçada ao desenvolvimento da Geografia Escolar e, é perceptível a forte interferência do Estado na constituição desse material, ao utilizar desse instrumento como forma de propagação de seus interesses. A princípio, seu uso condisse com o ensino religioso difundido no Brasil pela missão dos jesuítas (1549) para o catecismo indígena, no qual era utilizado de uma metodologia de perguntas e respostas, e caminhou até a contemporaneidade com o seu uso para o auxílio de uma aprendizagem mais significativa. De certo, Alain Choppin apresenta esse histórico ao abordar como esse recurso didático foi utilizado no processo educativo ao longo dos séculos.

De início, a literatura religiosa onde se origina a literatura escolar, da qual são exemplos, no Ocidente Cristão, os livros escolares laicos “por perguntas e respostas”, que retornam o método e a estrutura familiar de catecismos; em seguida, a literatura didática, técnica ou profissional que se apossou progressivamente da instituição escolar, em épocas variadas – entre os anos de 1760 e 1830, na Europa-, de acordo com o lugar e o tipo de ensino; enfim, a literatura “de lazer”, tanto de caráter moral quanto de recreação ou de vulgarização, que inicialmente se manteve separada do universo escolar, mas à qual os livros didáticos mais recentes e em vários países incorporaram seu dinamismo e características essenciais. (CHOPPIN, 2004, p.552)

Em vista disso, o livro didático no século XVIII aparece como instrumento auxiliador do professor por conta da má qualificação, servindo principalmente, para determinar o que deveria ser ensinado ao alunado. Assim, são criados documentos curriculares ao longo da história da Geografia Escolar que se tornam ferramentas utilizadas para a construção desse material, como os PCN's estabelecidos na década de 1990, que servem também para direcionar a prática pedagógica.

Observa-se que no Brasil, o livro didático de Geografia se transformou junto a sociedade, sendo possível notar que após a Renovação de 1930 ele ganha forte destaque, pois é utilizado pelo Estado como “[...] artefato de

domínio cultural e político das classes subordinadas” (PINA, 2009, p.25). No entanto foi, desde a sua concepção no século XIX até a contemporaneidade, muito usado nas escolas como um método auxiliador do processo de aprendizagem. Contudo:

[...]muitos professores usam o livro escolar como único recurso didático e os conteúdos contidos neles são tidos pelos educandos e, em alguns casos, pelos próprios professores, como uma verdade absoluta que não deve ser contestada, mas sim apenas aprendida. Entretanto, essa não é uma prática unânime entre os professores, pois parte deles trabalha em uma perspectiva diferente dessa, usam os livros didáticos como um recurso didático pedagógico, mas não como a verdade absoluta, inclusive discute as “verdades” ali postas. (PINA, 2009, p.23-24)

O Guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) afirma que o livro não deve ser aproveitado como única ferramenta de ensino, como ainda é muito utilizado. Ele deve ser um auxiliador, de forma a instigar o entusiasmo para a discussão e análise do espaço como instância social. Porém, ele pode se tornar limitante para aqueles profissionais que não estão motivados, como já tratado neste artigo, assim como naqueles conteúdos que o professor afirma ser por demais complicado para ser tratado em sala de aula. Contudo, é possível ultrapassar essas limitações por aquele educador que constantemente busca se atualizar em sua prática, para assim conseguir “relacionar os conteúdos e as imagens com as diferentes linguagens e com o cotidiano de seus alunos, abrindo dessa forma um espaço de diálogo em sala de aula (PINA, 2009, p. 46-47).

Frequentemente, o livro é fortemente atrelado ao método de ensino de diversos professores, de modo que o conhecimento construído em sala de aula só é possível com o emprego deste. Todavia, o uso de outros métodos e matérias didáticos se tornam interessantes na medida que podem ajudar a se construir uma maior significância, entre o conteúdo do livro didático e a realidade do alunado. A busca da compreensão da sociedade na qual ocorra a análise dos meios político, social, cultural e econômico deve ser constante, visando a maior participação dos alunos gerando assim, debates em sala de aula.

3.0 A abordagem do ensino da geografia urbana nos parâmetros curriculares nacionais

Considerando-se a situação da educação brasileira durante o século XX, o Ministério da Educação (MEC) coordenou a elaboração do Plano Decenal de Educação para todos em 1988, utilizando procedimentos eficientes e abordagens claras, para assim orientar as atividades educacionais e a melhora na qualidade de ensino. Logo depois, em 1996 aprovou-se a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), na qual foi um processo essencial para a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Conforme consta no documento de introdução aos PCNs:

O processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais teve início a partir do estudo de propostas curriculares de Estados e Municípios brasileiros, da análise realizada pela Fundação Carlos Chagas sobre os currículos oficiais e do contato com informações relativas a experiências de outros países. Foram analisados subsídios oriundos do Plano Decenal de Educação, de pesquisas nacionais e internacionais, dados estatísticos sobre desempenho de alunos do ensino fundamental, bem como experiências de sala difundidas em encontros, seminários e publicações (BRASIL, 1997, p.17).

Assim o PCN é uma orientação básica nacional para os professores, propondo abordagens e metodologias como propostas para serem desenvolvidas. Por consequência, é dividido em duas partes, inicialmente, a introdução apresenta o contexto histórico do processo de elaboração, além da apresentação de propostas com princípios, objetivos, conteúdos, avaliações e orientações didáticas. Já a segunda parte, é voltada para às propostas curriculares de cada área, na qual apresenta e orienta cada etapa de ensino e itens distribuídos com conteúdos específicos de cada ciclo. No PCN de Geografia é apresentado a ciência Geográfica e sua formação, bem como configurou-se em uma Geografia escolar, sempre destacando os conceitos de paisagem, lugar, território e espaço.

Os PCNs de Geografia voltados para o ensino fundamental II, possuem conteúdos, eixos, temas e itens divididos em quatro ciclos, de modo igual ao

restante do documento. O primeiro ciclo aborda principalmente o estudo e o papel da natureza e sua relação com a sociedade, dessa forma a paisagem, o local e o espaço vivido são referências para o professor em sala de aula (BRASIL,1997). Contudo, já no segundo ciclo é abordado principalmente as diferentes relações entre a cidade e o campo em suas dimensões sociais, culturais e ambientais, considerando o papel do trabalho, das tecnologias, da informação, da comunicação e do transporte. Enquanto que no terceiro ciclo é trabalhado as questões relativas à presença e ao papel da natureza em sua relação com a ação dos indivíduos dos grupos sociais e, de forma geral, da sociedade na construção do espaço. Por fim, o quarto ciclo é composto por eixos voltados à compreensão da evolução das tecnologias e das novas territorialidades em redes, da modernização e da problemática ambiental (BRASIL, 1998).

De certo, a urbanização e a cidade são assuntos pertinentes ao segundo ciclo, cujo objetivo central é de que os alunos construam conhecimento a respeito das categorias de análise; de paisagem, urbano e rural, como foram constituídas ao longo do tempo e ainda são, compreendendo assim como se sintetizam nos múltiplos espaços geográficos (BRASIL, 1998).

Por conseguinte, é preciso que o aluno entenda os fenômenos naturais e sociais que ocorrem nos meios urbano e rural, os conceitos, suas diferenças, as formas de trabalho e as modificações ocorridas. O aluno deve conseguir identificar a paisagem natural e artificial e, entender a relação que ela possui com o lugar. É nessa perspectiva que se figuram os objetivos do ensino de Geografia para o segundo ciclo do Ensino Fundamental:

- reconhecer e comparar o papel da sociedade e da natureza na construção de diferentes paisagens urbanas e rurais brasileiras;
- reconhecer semelhanças e diferenças entre os modos de vida das cidades e do campo, relativas ao trabalho, às construções e moradias, aos hábitos cotidianos, às expressões de lazer e de cultura;
- reconhecer, no lugar no qual se encontram inseridos, as relações existentes entre o mundo urbano e o mundo rural, bem como as relações que sua coletividade estabelece com coletividades de outros lugares e regiões, focando tanto o presente e como o passado;
- conhecer e compreender algumas das conseqüências das transformações da natureza causadas pelas ações humanas, presentes na paisagem local e em paisagens urbanas e rurais;

- reconhecer o papel das tecnologias, da informação, da comunicação e dos transportes na configuração de paisagens urbanas e rurais e na estruturação da vida em sociedade; [...] (BRASIL, 1997, p. 95-96)

No ensino dos conteúdos de Geografia urbana leva-se em conta a paisagem e o lugar, ocorrendo uma explicação de forma direta e indireta, por observação ou por meio de imagens, leitura ou vídeos. O professor deve inovar na didática da aula sempre buscando despertar o interesse do aluno, por meio de uma pesquisa prévia da observação que os alunos fizeram do seu cotidiano, problematizando e investigando a realidade local. Dessa forma, fazendo com que o aluno entenda a realidade em que está inserido.

4.0 O ensino da Geografia Urbana do livro didático: O caso das escolas públicas do Distrito Federal

O livro Para Viver Juntos, utilizado para o ensino fundamental II da rede pública do Distrito Federal é uma obra concebida coletivamente e desenvolvida pela editora Edições SM. Tem como autores Marlon Clovis Medeiros (Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo) e Fernando dos Santos Sampaio (Pós Doutor pela Universitat Autònoma de Barcelona), ambos professores universitários.

Neste artigo trataremos do capítulo seis “A Urbanização Brasileira”, no qual encontra-se dividido em três módulos: o primeiro intitulado “Urbanização e migração”; o segundo, “Transporte” e o terceiro, “Urbanização, e modernização da comunicação”, vale ressaltar que o livro trata desse tema apenas nesse único capítulo.

Em relação a caracterização, o capítulo possui um entendimento rápido e que condiz com a linguagem de alunos de 7º ano, conta com algumas imagens e quadros explicativos, além de resumos. Em síntese é tratado como se deu o processo de Urbanização Brasileira e utiliza da análise regional e local para a inserção do aluno no conteúdo.

O primeiro módulo “Urbanização e Migração” apresenta um breve resumo da urbanização brasileira na página que abre o conteúdo. Nas páginas seguintes é exposto em sequência na forma de tópicos, “O fenômeno urbano”,

“Urbanização brasileira”, “Os grandes movimentos migratórios”, “As grandes metrópoles” e “o crescimento acelerado”.

No início desse módulo, é tratado da importância da cidade e como ela se torna um lugar composto de relações pessoais. O êxodo rural também é explicado, bem como não fica de fora a divisão entre países ricos e pobres e a importância da cidade em cada um desses lugares. Em seguida, é descrito como se formaram as cidades brasileiras, para que surgiram e sua importância para o Brasil colônia. Também é explicado a migração para o Brasil, de pessoas na busca de emprego e de uma nova oportunidade de vida, principalmente, como mão de obra nas fazendas e indústrias. Além disso é abordado o processo de urbanização que ocorreu no Brasil na década de 1930, quando se teve um aumento significativo dos investimentos na indústria de bens de consumo.

Os autores expõem a aceleração da urbanização que ocorreu nas décadas seguintes e, com isso a urbanização das regiões Norte e Centro Oeste. Vale ressaltar a forma como é abordado o fenômeno da desconcentração industrial e de como isso acelerou os novos polos industriais no país. Ainda no mesmo módulo, é apresentado o que significa ser uma grande metrópole e conseqüentemente um polo de atração. Por fim, no tópico citado “O crescimento acelerado” os autores criticam a urbanização no Brasil ao abordarem seu processo acelerado e a falta de planejamento a longo prazo, além de descreverem os problemas urbanos resultantes desse processo.

No segundo módulo que é denominado de “Transporte”, os autores citam já no início que “A urbanização requer a modernização das redes de transporte, que favorecem a circulação eficiente de pessoas e mercadorias, encurtando distâncias e se tornando importantes eixos da integração nacional” (MEDEIROS; SAMPAIO, 2015, p.164). Com isso, faz entender como será abordado o tema nesse módulo pois, é tratado em seguida o desenvolvimento através dos anos da integração nacional no Brasil. Os autores ao citarem no tópico “Rodovias para a integração” explicam como a construção da malha rodoviária teve uma importância significativa para essa integração.

Ainda é tratado, como se deu o desenvolvimento do imaginário brasileiro no que se refere a ocupação do interior do país, bem como ocorreu a

construção da nova capital (Brasília) e com isso a regionalização e urbanização brasileira, sempre trazendo imagens demonstrativas para ajudar no melhor entendimento do aluno. É exposto também, como a urbanização configura-se no espaço brasileiro e a forma como os meios de transporte são usados diariamente no Brasil.

No terceiro e último módulo do capítulo que é intitulado “Urbanização e modernização da comunicação” os autores apresentam como a urbanização influencia na configuração das estruturas de comunicação ao se expandirem em grandes distâncias. A rápida difusão da informação é bem retratada. Além disso, é realizado um histórico das formas de comunicações existentes no país e sua importância. Em seguida, é discutido os momentos da integração nacional ressaltando o momento atual que é caracterizado pelos meios de comunicação.

Ao tratar do histórico do sistema de telecomunicações, os autores explicam como esse bem era de propriedade do Estado e ao longo do tempo como ocorreu sua privatização, se tornando propriedade de companhias privadas. Nesse contexto é relatado como o desenvolvimento das telecomunicações e a transferência digital de dados ao redor do mundo mudaram a forma de como as informações são passadas para os mais diversos setores da sociedade, além de como a telefonia celular tornou-se o meio de comunicação mais importante da atualidade.

Sobre a parte avaliativa, no final de cada módulo há uma atividade para testar os conhecimentos dos alunos, como também se observa a existência de quadros intitulados “Verifique o que aprendeu”, no qual encontra-se questões de respostas rápidas que o aluno consegue responder apenas folheando o módulo, sem necessitar de muito raciocínio.

Nas atividades do primeiro módulo, os autores tentam abordar a maioria do conteúdo que foram trabalhados, com dez questões discursivas para averiguar o máximo de conhecimento do aluno, sendo questões bem desenvolvidas. Já as atividades do final do segundo módulo pertencem a mesma linha do primeiro, apresentando questões discursivas e o uso de mapas e imagens bem didáticas, que testam o lado cartográfico do aluno. Como também há questões que dispõem de gráficos que comparam o crescimento

populacional. As atividades do terceiro módulo seguem a mesma linha das duas anteriores, com sete questões discursivas e com o auxílio de imagens bastante didáticas que se encontram também no decorrer do capítulo.

Em síntese, o capítulo em si é de fácil entendimento para os alunos. Os autores ao dispor de breves resumos dos assuntos que serão abordados no início de cada módulo, traz uma certa atenção ao conteúdo, funcionando como uma introdução. E ainda, na última página do capítulo os autores relacionam o conteúdo trabalhado a, como eles mesmo intitulam “Questões Globais”, no qual há uma página inteira só de questões com um grau de dificuldade maior, indo para uma escala não mais regional e sim global de conhecimento. Vale ressaltar que para aqueles alunos que não estão dentro da lógica da tecnologia, o módulo três pode se tornar de difícil compreensão.

Considerações Finais

O ensino da Geografia, por diversos fatores históricos, atualmente está ligado a duas perspectivas: a primeira está relacionada a uma pedagogia conservadora, em que se utiliza memorização, exercícios e explicação superficial. A segunda, denominada pedagogia progressista, possui uma concepção crítica e construção de uma aprendizagem significativa.

Diante disso o livro didático acompanha esse processo ao ser utilizado conforme a metodologia do professor. Aquele que possui uma abordagem progressista transpassa o livro e o concebe como parte do processo de ensino, porém, ainda é frequente aquele profissional que utiliza da abordagem tradicional, no qual o usa como reprodutor de “verdades”, sem instigar uma discussão envolta do tema estudado, sem ultrapassar o conteúdo estipulado no livro, o tendo como suporte principal. Para este profissional, não é possível concluir a aula sem esse instrumento, tornando-se crucial em vez de um recurso de apoio para uma prática criativa, fator verdadeiramente limitante no ensino.

Dessa forma, no que se relaciona a Geografia Urbana e sua abordagem para o segundo ciclo, inicia-se com proposta pedagógica em que o aluno observa, conhece, explica e representa o lugar onde está inserido e as

diferentes paisagens no espaço geográfico. Dessa forma, o Urbano e cidade são tratados de forma superficial buscando apenas compreender características, conceitos, comparando cidade e campo e formas de trabalho, a comunicação, sem compreender como estes espaços foram se configurando, buscando compreender apenas o local-local, deixando de apresentar um questionamento do local-global.

A análise do livro didático de geografia do segundo ciclo do ensino fundamental II, utilizado pela rede pública do DF, da coleção “Para Viver Juntos”, composto por nove capítulos e um número variados de módulos, apenas o capítulo seis trata a “Urbanização Brasileira”, os módulos são divididos em três neste capítulo, apresentando temas como Urbanização e Migração, Transportes e a Urbanização e a Modernização dos Meios de Comunicação. A

A linguagem utilizada é de fácil compreensão, o que facilita a leitura para o entendimento dos textos. O livro dispõe de atividades avaliativas ou mesmo exercícios situados no fim de cada módulo. No desfecho de cada capítulo contém tem uma Síntese e “Questões Globais”, que são as atividades que contém questões do capítulo inteiro, por fim no item para “Para saber mais” são trazidas outras fontes de pesquisas, tais como livros, filmes, documentários, entre outros.

De certo, na busca se compreender realmente a consonância dos PCNs com livro didático, analisa-se: conteúdos, objetivos, forma didática, principais categorias geográficas, blocos temáticos e o critério de avaliação para que assim o ensino da Geografia urbana nas escolas seja eficiente.

Dessa maneira, é possível verificar nos livros didáticos inicialmente, uma proposta e conteúdos referentes aos documentos curriculares oficiais, dispondo na capa a referência aos PCNs e Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), visto que aparecem como uma formalidade para que os livros sejam publicados.

Os PCNs possuem como abordagem principal o campo e a cidade, no que se refere a Geografia urbana, tratando as dimensões: sociais, culturais, ambientais, trabalho e tecnologia. Abordando como objetivo geral, a compreensão a respeito da paisagem urbana e rural, o modo como se

configurou, dinâmicas, semelhanças e formas de trabalho, utilizando de métodos descritivos para assim caracteriza-lo.

Por conseguinte, entende-se que o livro didático possui consonância em relação aos PCNs, apresenta os objetivos esperados que devem ser alcançados no final do segundo ciclo. Buscando assim reconhecer as diferentes paisagens urbanas e rurais, suas diferenças, o aluno deve reconhecer o lugar onde está inserido e compreender assim as consequências, transformações identificando assim o papel das tecnologias na formação da sociedade. Em se tratando da realidade dos alunos, a apresentação do livro didático nesse quesito é razoável, pois se aprofunda bastante em relação a representação do País, utilizando imagens e mapas, fazendo uma comparação do passado com o presente.

Referencias

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental. Brasília: MEC/SEMTEC, 2001.

CAVALCANTI, L. de S. **A Geografia e a Realidade Escolar Contemporânea:** avanços, caminhos, alternativas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7167-3-3-geografia-realidade-escolar-lana-souza/file>> Acesso em: 10 nov. 2017.

CASTROGIOVANNI, A. C; COSTELA, R. Z. **Brincar e Cartografar com os diferentes Mundos Geográficos. A alfabetização Espacial.** Rio Grande do Sul: PUCRS, 2012.

HOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In. **Revista Educação e Pesquisa**, set-dez, vol. 30, ano 3, Universidade de São Paulo: SP, 2004.

PINA, P. P. **A relação entre o ensino e o uso do livro didático de Geografia.** Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/paula_priscila.pdf> Acesso em: 16 nov. 2017

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

MEDEIRO, M. C.; SAMPAIO, F. dos S. Para Devolutiva da atividade avaliativa de recuperação. Entrega dos fichamentos Viver Juntos. 2005